

QUANDO O APITO NÃO TOCOU: UMA PERSPECTIVA MULTITERRITORIAL DE UM BAIRRO OPERÁRIO EM DECLÍNIO (BARRETO - NITERÓI)

Luciana Pucu Wollmann do Amaral¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo perceber as transformações ocorridas no bairro operário do Barreto localizado na cidade de Niterói - RJ nos últimos 30 anos e o impacto destas mudanças em sua população. Fazendo uso dos pressupostos teóricos que nos levaram a opção por uma abordagem multiterritorial e associando estas reflexões com referenciais importantes para campo historiográfico que dirige suas atenções para os estudos de classe e culturas de classe, esta pesquisa discute como se deu o processo de re-significação de identidades sociais e as estratégias de re-apropriação do espaço por parte dos antigos trabalhadores/ moradores do bairro, a partir da década de 1970, quando verificamos o início de um progressivo processo de esvaziamento industrial do mesmo. Para tal, utilizamo-nos prioritariamente de entrevistas feitas durante a pesquisa e/ou realizadas por outros pesquisadores com trabalhadores que viveram o período de prosperidade do bairro e que ainda hoje residem no local.

Palavras-Chave: território; identidades; trabalhadores; Barreto; Niterói.

WHEN THE WHISTLE DIDN'T SOUND: A MULTITERRITORIAL PERSPECTIVE OF A DECADENT WORKERS' NEIGHBORHOOD (BARRETO, NITERÓI)

Abstract: The purpose of this paper is to describe the changes that occurred in the workers' neighborhood of Barreto, located in the city of Niterói (state of Rio de Janeiro over the last thirty years, and to identify the impact of these changes upon the neighborhood's population. By making use of the theoretical assumptions which led us to a multiterritorial approach and by associating these considerations with references important for the field of History that deals with class studies and class culture, this research discusses how social identities acquired new meanings and what strategies were employed by the former workers and dwellers to reformulate the space – a process that started in the seventies, when an ever-growing process of industrial exhaustion began. To this end, we use primarily interviews that were made during the research or by other researchers with workers who lived through the period of prosperity of the neighborhood and still live there.

Keywords: territory; identities; workers; Barreto; Niterói.

¹ Luciana Pucu Wollmann do Amaral é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/ FGV e mestre pelo Programa de Pós Graduação em História Social do Território da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço para contato: Travessa Santo Antônio, nº 261 apto. 911, São Lourenço, Niterói - RJ. CEP: 24.060-010. E-mail: luwollmann@yahoo.com.br
Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 49-67, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

Olhar para bairro, perceber o lugar. Lançar luz ao local num momento em que o espaço parece ganhar mais fluidez, menos comensurabilidade. Neste tempo de flexibilização das fronteiras, de temporalidades mais difusas e velozes e até de “fim do território”, conforme bradam alguns estudiosos pós-modernos, estudar o bairro pode parecer um esforço epistemológico por reconhecer a memória de um lugar, os seus particularismos, as suas peculiaridades.

O presente trabalho tem como objetivo perceber as transformações ocorridas no bairro operário do Barreto localizado na cidade de Niterói - RJ nos últimos 30 anos e o impacto destas mudanças em sua população. Talvez resida aí “o particularismo”, a perspectiva mais “local” deste estudo, no entanto este não é feito em detrimento do “global”.

Não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. (REVEL, 1998, p. 28)

Trata-se apenas de um ajuste de “zoom”, conforme nos ensinou Giovanni Levi, ou seja, a aproximação do detalhe não implica necessariamente em minimizar o contexto. Entre o “micro” e o “macro” é possível perceber as nuances, a multiplicidade de relações que envolvem atores sociais em determinados processos de mudança, que são relevantes não só para investigarmos o impacto destas alterações no grupo e a resistência deste por manter a sua identidade, mas também – e talvez resida aí o seu exercício mais instigante, perceber as interfaces destes processos, os hibridismo destas relações.

Mais do que observar as alterações em sua configuração espacial, a degradação de suas construções e as mudanças em sua paisagem, este trabalho discute como se deu o processo de re-significação de identidades sociais e as estratégias de re-apropriação do espaço por parte dos antigos trabalhadores/moradores do bairro operário do Barreto partir da década de 1970, quando verificamos o início de um progressivo processo de esvaziamento industrial do bairro. Em termos mais específicos, trata-se de reconhecer o complexo processo de (multi) territorialização na vida deste grupo social.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2004, p. 20)

Ultimamente, o território tem ocupado cada vez mais destaque nos debates acadêmicos. Muito caro aos geógrafos – e foi justamente deles que extraímos as mais recentes contribuições sobre o assunto, este conceito tem sido alvo de reflexões bastante profícuas entre pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas. Por mais que o diálogo muitas vezes seja feito de “maneira oculta”, conforme assinala Rogério Haesbaert (2006, p. 43), visto que a maioria dos cientistas sociais parece dar pouco ouvidos ao trabalho dos geógrafos, o que propomos aqui é que este debate se faça de maneira mais ampla, à medida que as

ciências do homem, e particularmente a História – para fazer jus aos apelos dos historiadores franceses do início do século XX, têm privilegiado cada vez mais abordagens interdisciplinares.

Mais do que um pedido de “remissão” aos geógrafos, as reflexões aqui propostas procuram enfatizar o quanto é possível perceber o território em uma perspectiva múltipla, privilegiando tanto seu caráter material como simbólico, atentando para o seu aspecto relacional com grupos sociais envolvidos e para a historicidade destes processos. Dentro de uma esfera econômica, política, mas também cultural percebemos a “multidimensionalidade” dos territórios em toda sua riqueza e complexidade, assim como é a vida dos homens enquanto vivem a sua história.

A territorialização corresponde a um processo de complexidade, com componentes sistêmicos e relações sociais (tramas), isto é, a um cenário plural que deve ser compreendido considerando-se uma pluralidade escalar e, ao que parece, aspectos (i) materiais da vida em sociedade. (SAQUET, 2006, p. 89)

Em termos de pressupostos teóricos, nos apoiamos primeiramente nas reflexões de Claude Raffestin (1993), Marcos Aurélio Saquet (2006), Milton Santos (2005) e Rogério Haesbaert (1997, 2006), autores que muito tem corroborado para a construção de “Geografia Nova” e responsáveis pelo que Milton Santos (2005) chamou de um “retorno do território” (p.55). Salvaguardadas as diferenças teórico-metodológicas destes autores, visto que não é nosso interesse aqui realizar uma análise aprofundada de suas abordagens, destacamos à priori, um aspecto comum que os une: o de conceber território numa perspectiva mais ampla, completamente distante da chamada tradição “naturalista” limitada à noção de espaço físico ou de uma condição política ligada à noção de Estado-nação moderno e delimitação de fronteiras (apenas). Para estes autores, o conceito de território adquire um sentido lato quando analisados junto aos sujeitos sociais, presentes na produção *do, no e com o* espaço, que perpassa os lugares, as pessoas, as redes, os fixos e fluxos; aspectos políticos econômicos, culturais, materiais e imateriais analisados conjuntamente e vistos como parte de movimento que é contínuo. E foi justamente partindo desta relação dialética – espaço, tempo, sujeitos, grupo, relações, poder, identidades, símbolos, local, global, que encontramos terreno fértil para analisar o processo de decadência industrial do Barreto e as múltiplas transformações decorrentes deste.

Apesar de não abordarem especificamente do conceito de território, buscamos nas contribuições dos sociólogos Pierre Bourdieu (1989, 1997, 1998) e Ricardo Antunes (2005) e do historiador Edward Palmer Thompson (1987, 2005), o auxílio teórico necessário para as nossas reflexões, não só por se tratarem de referenciais importantes para o campo da história social – esta é, antes de mais nada, uma análise historiográfica, mas por que dão sustentação à nossa abordagem – simbólica, material, relacional que envolve território, trabalho, classe, identidade e poder.

Á guisa de organização desta análise, será apresentada primeiramente uma discussão sobre a crise que atingiu o bairro do Barreto a partir da década de 1970, quando percebemos que muitas indústrias locais abrem falência causada dentre outros motivos, pela política econômica do período.

A seguir, apresentaremos os pressupostos teóricos que nos levaram a opção por uma abordagem multiterritorial. Fazendo uso do precioso arcabouço teórico que tem nos legado os geógrafos e associando estas reflexões com referenciais importantes para campo historiográfico que dirige suas atenções para os estudos de classe e culturas de classe, objetiva-se perceber as relações estabelecidas pelos operários do Barreto com o espaço onde vivem e a sua própria identidade social, frente ao processo de decadência do potencial industrial do bairro e a diminuição progressiva das oportunidades de emprego para os trabalhadores que ali ainda residem.

Serão apresentadas ao longo do trabalho, duas entrevistas realizadas pela autora e equipe de estagiários do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e estudantes de graduação da mesma universidade, que por ocasião do 2º semestre de 2004 cursavam a disciplina de História Oral ministrada pela Professora Doutora Hebe Mattos. Além disso, utilizaremos entrevistas realizadas pela historiadora Ana Paula Rangel Pereira, que sob diferentes enfoques, lança luz sobre alguns aspectos deste bairro que ficou conhecido como “obreiro” da cidade.

Cabe esclarecer de antemão, que a análise das fontes é feita em consonância com os referenciais teóricos de certa maneira já explicitados, ou seja, os discursos são tratados como construções simbólicas, que buscam coesão meio à conjuntura de crise. Sendo assim, o conceito de *enquadramento da memória* (POLLACK, 1989), aliado ao de *autoconstrução* (THOMPSON, 1987), de *história incorporada e habitus de classe* (BOURDIEU, 1998), são fundamentais para a construção do nosso argumento.

QUANDO O APITO NÃO TOCOU

Para o trabalhador o prazer de ficar quieto é esgotante. [...] Mas, se, por acaso, o som ou o apito agudo de uma fábrica [...] atinge o seu ouvido; (...) logo sua fronte se ilumina. [...] A fumaça das altas chaminés da fábrica, os golpes retumbantes da bigorna a fazem vibrar de alegria. Lembra os dias felizes de trabalho.

(Eduard Foucauld).

E era um apito e ia longe quando ela chamava. Um apito dolorido. Aquele apito, minha filha, que é a saudade da gente aqui. Ela inda levou apitando muito tempo. A gente marcava a hora pra sair, quando a fábrica apitar três vezes, você sai de casa, a gente combinava assim, entendeu. As amigas, mulheres dos funcionários, quando a gente queria ir a cinema, queria ir em algum lugar. Ó quando a fábrica der o terceiro apito a gente vai saindo, tá. (Maria José Barreto, a “Dona Zezé”).

O apito de uma fábrica quando toca, desde os primeiros tempos do surgimento da indústria capitalista, representa o início ou término de uma longa – e exaustiva jornada de trabalho do operário. Exímio regulador do tempo preciso em suas atribuições de transformar as horas em mercadoria, o apito de uma fábrica constitui uma das formas bem empregadas do capitalismo de adequar o tempo de trabalhador ao tempo do empregador. (THOMPSON, 2005, p. 272)

No trecho apresentado, Foucauld parece transformar estes mecanismos “hábeis com a usura do tempo” (Ibid, p. 291) em poesia, ao passo que Dona Maria

José lembra com saudade do apito que marcava não o tempo do trabalho e sim o horário do cinema com as amigas.

Dona Maria José foi funcionária administrativa da Cia. Fluminense de Tecidos (CFT) de 1945 a 1952 e é viúva de Davi Barreto, homem influente que ocupou o cargo de diretor da mesma fábrica por quase 10 anos. Já Foucauld, é referenciado por Walter Benjamin como um “fisiólogo” da vida parisiense, um *flâneur* que observava atentamente a metamorfose dos personagens inseridos na cena urbana francesa em meados do século XIX (BENJAMIN, 1989, p. 36).

Não pretendemos aqui fazer nenhuma análise aprofundada das considerações de Benjamin sobre determinado tipo de produção literária da França oitocentista (BENJAMIN, 1989, p. 34). O que nos importa neste momento é perceber que mesmo separados pelo “tempo e espaço” os discursos de Benjamin e de Dona Maria José se “territorializam”. Ao lembrar do som do apito agudo, ambos falam dos “dias felizes de trabalho”, da “saudade” dos dias em que as fábricas funcionavam e tudo parecia melhor. Sem dúvida, a falência do presente contribui para a valorização do passado que “opera como referencial para o imaginário elaborar a diferença temporal, fazendo do passado um outro tempo possível” (CHAUÍ, 1989, p.157). Mas não apenas isso. Ambos os trechos destacados se referem ao papel de centralidade que o trabalho exerce na vida da classe-que-vive-do-trabalho, não só por razões óbvias de sobrevivência, mas também em seu aspecto simbólico, cultural, identitário.

Ricardo Antunes fala da importância da categoria trabalho na realização do ser social. Não o trabalho assalariado, fetichizado, mas àquele que é inerente à atividade humana, fundamento básico da sua omnilateralidade, “[...] necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre homem e natureza” (MARX apud ANTUNES, 1999, p. 167).

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais (ANTUNES, 1999, p. 168).

É nesse sentido que acreditamos que o reforço da identidade operária por parte destes antigos residentes e trabalhadores do Barreto se processa a partir: 1) da valorização consciente (autoconstrução) e da construção inconsciente (permeada pelo *habitus*) da história e peso social deste grupo, num exercício coletivo de partilhar suas tradições, costumes e valores e de se posicionar diante dos momentos de escassez do bairro e dos novos tempos de mudança; 2) da fragmentação e precarização das relações de trabalho vivenciadas por este grupo a partir da falência do setor fabril da região, reforçando a relação destes antigos trabalhadores com a *cultura do trabalho* que lhe é inerente, indo buscar no passado, por um lado, “o tempo ideal”, mas não deixando de se renovar, por outro, quando o trabalho *para si* fica além do trabalho *em si*, significando em termos gerais, a busca da realização e emancipação humana por meio do trabalho.

Para compreender melhor este processo, apresentaremos a seguir uma breve síntese de como se deu à consolidação da indústria capitalista no bairro do Barreto, assim como as características gerais destas indústrias em seu período de apogeu produtivo e finalmente, uma reflexão acerca do processo de falência das indústrias locais e a decadência do bairro.

A configuração do bairro do Barreto como zona industrial da cidade de Niterói remonta fins do século XIX. As fábricas têxteis, de fósforos, formicidas, ladrilhos e olarias, se instalaram na região juntamente com as vilas operárias – seguindo o padrão clássico de “fábrica com vila operária”, estimulando o desenvolvimento de uma atividade comercial local e a oferta de algumas opções de lazer capitaneadas, sobretudo, pelos donos das fábricas.

O isolamento do Barreto do restante da cidade é bastante visível. O bairro do trabalho era o mesmo da moradia, do lazer e das necessidades de consumo dos trabalhadores que ali residiam. Ao comparar a ocupação urbana das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, o geógrafo Pedro Geiger (1961 apud AZEVEDO, 1997, p. 55) aponta para delimitação por classe social dos bairros:

Constata-se que nas duas cidades, os centros de atividades se encontram nas proximidades da estreita entrada da baía. As classes sociais elevadas, nas duas cidades, instalaram-se na costa, ao sul, ou nos vales e encostas de suas respectivas zonas setentrionais. As zonas industriais são paralelas, nas margens pantanosas do interior da baía, enquanto que as classes populares fixaram-se nos subúrbios da zona norte, onde se encontram igualmente os estabelecimentos industriais.

Ângela de Castro Gomes (1979) nos oferece uma contribuição bastante elucidativa no que diz respeito às peculiaridades da burguesia urbano-industrial brasileira na Primeira República, as relações desta com o Estado oligárquico e seu nível de compatibilidade com as elites agrárias. Sem pretender anular ou mesmo minimizar os antagonismos existentes entre as oligarquias e empresariado urbano, principalmente no que diz respeito à adoção de medidas protecionistas de mercado, a autora verifica similaridades entre as elites, ao verificar que a burguesia urbano-industrial soube aproveitar as tendências liberais do regime, que favorecem não só o mandonismo local, mas também um mercado de trabalho livre da ação do Estado.

Instaladas em local que outrora fora ocupado por chácaras, as indústrias do Barreto seguiram os moldes de tantas outras, caracterizando-se pela incorporação de relações de trabalho preexistentes, imobilização da mão de obra por intermédio da moradia e pelo fornecimento de um amplo sistema de serviços sociais acompanhado de medidas coercitivas da força de trabalho e indústrias pertencentes a grupos estrangeiros, em sua maior parte, reunidos em sociedades anônimas.

Passada a crise de 1929 e a Revolução de 1930, verificamos uma maior intervenção do Estado na economia, não só para auxiliar na recuperação do setor agrícola, mas no sentido de acumular dividendos para investir na indústria brasileira ainda muito incipiente. De acordo com Sônia Regina de Mendonça (1985), a política econômica do Estado brasileiro fundada em 1930 se caracteriza pela ambigüidade: ao mesmo tempo em que ainda privilegia o setor agrário-exportador, pois é dele que vem a maior parte das divisas do país, é dotado de uma natureza modernizante, que pretende o investimento na indústria nacional, advindo daí o conceito de “industrialização restringida”, que irá caracterizar a economia brasileira até 1955, momento em que Juscelino Kubitschek lança as bases para a ampliação significativa da indústria de bens de consumo e para a abertura definitiva para o capital estrangeiro.

Não foi por acaso que até a década de 1960, percebemos que as indústrias do Barreto e é claro, o próprio bairro gozavam de certa prosperidade. Além da

produtividade, da oferta de emprego e do comércio intenso, é interessante destacar o uso da região como “palanque político”. Durante este período não era incomum registrar a presença de políticos de grande visibilidade como Amaral Peixoto, Roberto Silveira e até do próprio Getúlio Vargas em datas comemorativas e inauguração de obras no bairro ².

Em nosso estudo, percebemos que as relações entre patrões e operários das fábricas do Barreto também eram permeadas por características próprias do “populismo”³ que tanto inspiraram este período. Festividades do 1º de maio, concursos de beleza, campeonatos futebolísticos, distribuição de brinquedos para as crianças no Natal, reforçavam os *laços de reciprocidade* (THOMPSON, 2005) entre empregado e empregador, sendo estes fatores essenciais para compor o que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes (1998) chamou muito eficazmente de *mise n’scene* das relações de classe.

Seu Eduardo, o dono, você era humildezinho, e esperava ele passar lá fora, lá em baixo, porque quando chegava lá no escritório ninguém queria deixar subir (...). Ele vinha, pra fábrica, dirigindo um automóvel... antigo e o casaco dele enfiava dentro daquele... daquele... banco e rebentava a costura, ele chegava na mesa da gente e jogava pra gente consertar sem a gente saber o que que ele queria. (...). Eles davam aquelas festas de Natal, davam cortes de fazenda, muitos cortes, não era um só não. Eram muitos cortes, pra família inteira. Pano que se você mantinha o ano inteiro com que eles davam. (BARRETO, op.cit. sobre o Sr. Eduardo Haddad, sócio-proprietário e diretor da Cia. Fluminense de Tecidos).

O Golpe Militar demonstrou entre outros aspectos, que não havia mais espaço para realização do “pacto populista” em quaisquer níveis ou setores e consolidou definitivamente o modelo econômico iniciado nos anos 1950. A aliança com o capital estrangeiro, o endividamento externo, as altas taxas de concentração de renda, desacreditaram “milagre” e levaram as fábricas do Barreto à considerável queda em sua produtividade.

Sobre o impacto da política econômica realizada pelos governos militares em indústrias como as do Barreto, chamadas de “tradicionais” e com forte dependência com o mercado consumidor interno, a crise do “milagre” teve um resultado implacável, tal como nos relata José Luís Corrêa dos Santos, que trabalhou como encarregado de expedição e de controle de qualidade da Cia. Fluminense de Tecidos por mais de 30 anos:

² Para citar alguns exemplos, identificamos a presença do então interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto na inauguração da Praça Enéas de Castro, no Barreto. Cf. CPDOC/ FGV. Arquivo EAP. *Inauguração da Praça Enéas de Castro, no Barreto*. Classificação: EAP foto 041. Data de produção: jul 1944. A presença do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Edmundo de Macedo Soares na inauguração das primeiras residências do conjunto habitacional construído pela Fundação da Casa Popular no bairro do Barreto. Cf. *Diário do Povo*. Niterói: 3 mai. 1949. p. 1; A presença do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, na doação do Estádio Assad Abdalla ao Manufatura Atlético Clube, em 1955. Cf. Biblioteca Nacional (BN). Seção Periódicos. *Revista Manufatura – Revista Literária e Noticiosa de Atividades de Recreação e Assistência Social*. Niterói: Ano XXI, nº 67. Niterói: abril-maio de 1969, p. 8.

³ Ainda que o mesmo tenha suscitado (e ainda suscite) debates acalorados no meio acadêmico, optamos por utilizá-lo aqui tomando como base as reflexões de Adriano Duarte (2002), Alexandre Fortes (2001), Antonio Luigi Negro (2004) e Paulo Fontes (2008).

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 49-67, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Assim, no período de... é... antes de Figueiredo nós tivemos uma crise bem grande, antes de Figueiredo, que não vendia nada. Então abarrotava os depósitos, não tinha mais onde botar pano. Até a fiação que não tinha nada a ver com o estoque acabado, a gente empilhava caixas e mais caixas de tecido. O vendedor saía, viajava o Brasil todo. Aí o que é que ele (o dono) fazia? Dava...dava umas férias coletivas em alguns setores. (SANTOS, entrevista concedida à autora em 7/01/2005).

Segundo Francisco de Oliveira (2003), este tipo de indústria - têxtil, de calçados, vestuário, são considerados setores “não dinâmicos” da economia, não só por experimentarem crescimento lento, mas por dependerem da demanda das classes mais baixas e por isso, apresentarem continuamente problemas de realização e necessidade de auxílio governamental para subsidiar suas exportações. A não superação do modelo capitalista brasileiro, caracterizado pela dependência externa, concentração de renda e exclusão social, representou mais continuidade do que ruptura nas redefinições econômicas ocorridas no regime militar. As elevadas taxas do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro verificadas entre os anos de 1968 e 1973, não significaram necessariamente melhorias das condições salariais e de trabalho para a maioria da população. Sem melhorias salariais para os consumidores de seus produtos, estes setores tradicionais continuaram com crises de superprodução e só não iam à bancarrota, porque ainda subsistiam as ações do governo de auxílio a esses setores.

Mesmo o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo Geisel, desenvolvido com intuito de submergir o desfalecimento do “milagre”, que dentre outras ações, optou por permanecer subsidiando os setores tradicionais à custa de mais endividamento externo, não foram suficientes para açambarcar a vultosa crise econômica que atravessava o Brasil neste período e que inevitavelmente se fez sentir também nas indústrias do Barreto em fins da década de 1970 (conforme nos indica o depoimento de José Luís Corrêa dos Santos citado acima).

Outras novidades alteraram e muito a dinâmica do bairro e a vida de seus moradores neste período foram: a abertura da Avenida Contorno (1968), a transferência da Capital Federal para Brasília e a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1974).

O investimento do governo federal em rodovias já era uma realidade desde a década de 1950. O incentivo à entrada de indústrias multinacionais automobilísticas no país ocasionou um progressivo desmonte das ferrovias e desvalorização do transporte marítimo (ARAÚJO apud SCHNEIDERMAN, 2004, p. 7). A construção da Avenida Contorno e a destruição da Praia do Coqueiro no Barreto, na década de 1960, demonstrou não só que o aumento com custos de transporte para as indústrias da região já era uma realidade, mas ocasionou também mudanças significativas na dinâmica no bairro, pois este passou a ser uma “passagem” de ligação entre as cidades de Niterói e São Gonçalo e um pouco depois, com a construção da ponte Rio- Niterói, entre cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana do estado.

A ponte Rio-Niterói foi um benefício que pro Barreto não foi. Porque ficou como se fosse uma passagem aqui e as pessoas não se interessaram mais de ter comércio por aqui não sei porque, quando deveria ser o contrário, mas todo mundo passava direto para ir

embora para outra cidade, isso aqui ninguém mais parava aqui. E aí foi saindo, foi acabando. Não tem armarinho, não tem mais açougue. Você quer ir num açougue, você tem que ir no Carrefour, ou nas Sendas. Por aqui você não acha (...). (BARRETO, op.cit.)

Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, Niterói perdeu seu posto de capital. O esvaziamento político veio acompanhado do industrial, pois várias fábricas do Barreto optaram pela transferência para São Paulo ou interior do país, onde a oferta de matéria-prima era maior. A fábrica de fósforos Fiat Lux, por exemplo, foi transferida para o Paraná, pois recebia matéria-prima daquele estado, outras, no entanto, tiveram outro destino, como nos explica Leila Araújo (2002):

Por muitas vezes, fábricas foram incorporadas por suas concorrentes que, após a compra, procediam ao seu fechamento (...). Tudo isto, associado a um modelo industrial arcaico e também à política econômica das oligarquias locais, que não ofereciam incentivos fiscais para manutenção dos referidos estabelecimentos ou implementavam políticas de consolidação do parque industrial.

Não podemos deixar de mencionar a presença marcante da atividade sindical operária no bairro neste período. Além de sindicatos bastante atuantes como o dos marítimos, amplamente citado nas entrevistas, outras categorias tais como dos metalúrgicos, rodoviários, bancários também tiveram participação ativa em diferentes momentos da história das mobilizações de trabalhadores da região. Recentemente, tivemos acesso a um rico registro de uma greve organizada pelo sindicato dos tecelões em 1962⁴, que contou com o apoio de várias categorias sindicais e do próprio CGT, além da participação de representantes de órgãos da sociedade civil, tais como jornalistas e médicos e partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, como o PTB e o PCB e até o PST de Tenório Cavalcanti.

Em 1964, no entanto, em função do novo regime e do progressivo esvaziamento fabril, o movimento sindical foi se desestruturando. Na década de 1980, os efeitos do “novo sindicalismo” se fizeram sentir e percebemos alguma movimentação política por parte dos trabalhadores⁵. A reestruturação produtiva característica deste período, no entanto, associada à inflação, queda das taxas de investimento, aumento das importações, congelamento salarial, desemprego, inaugurou um ciclo de falências das fábricas do Barreto. A crise econômica exerceu pressão eficaz à organização dos movimentos sindicais daquele período.

Nos anos 1990, as vicissitudes do pós-fordismo chegaram ao Brasil com particular força. A redução das taxas sobre importação, a tendência a desindustrialização, o desemprego, a ampliação do setor de serviços, a flexibilização das relações de trabalho, alteraram a regulação do capital a nível nacional e desestruturaram bairros industriais tradicionais como o Barreto (SCHINCARIOL, 2006).

⁴ Este registro se encontra alocado na sede do Sindicato dos Rodoviários de Niterói (antiga sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Niterói) e foi integralmente digitalizado pela autora em janeiro de 2005.

⁵ Através de depoimentos orais e da documentação pessoal de Wilson Mendes, trabalhador da CFT por três anos (1986-1988), tivemos acesso a um amplo relato (oral e escrito) da greve organizada pelos trabalhadores da CFT em 22 de outubro 1988, que contou com apoio de várias categorias sindicais, principalmente dos metalúrgicos e paralisou o trabalho por três semanas.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 9(1): 49-67, jan./jun., 2011 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

No plano Collor, né, começou a abertura de mercado, aí começou a entrar importado, as indústrias que não acompanhou, que não investiu em maquinário moderno, o custo ficou caro, ficou alto (...) nosso maquinário era tudo arcaico, aí chegaram tecidos da Coréia, né. Aí pano a 1 real, aí com nosso maquinário arcaico ficava difícil de competir, mas foi mais ou menos nessa época, 94, 95 até que em 97 aí parou. (SANTOS, op. cit., sobre a Cia. Fluminense de Tecidos, a última fábrica a fechar na região).

O desemprego, o assalariamento, a multiplicação das formas de trabalho parcial, temporário, precarizado, a desestruturação da organização sindical tradicional, a destruição de antigas comunidades operárias, a desindustrialização, e as demais metamorfoses que o mundo do trabalho tem sofrido nas últimas décadas, conformam problemáticas que atingem hoje de diferentes maneiras e graus de intensidade o mundo “global”. Ampliando a objetiva e chegando mais perto, podemos vislumbrar o bairro do Barreto, que com as suas velhas fábricas, casas abandonadas, vias ferras destruídas, revelam que não tem ficado imune às referidas transformações.

Meio a esta confusa paisagem que revelam um misto de decadência e beleza, sobrevivem os personagens reais dessa história: homens e mulheres, antigos operários, moradores, sindicalistas, pessoas que vivem ainda ali, nas antigas vilas operárias. Estas pessoas, e as relações que estabelecem ainda hoje entre si, com as fábricas, com o bairro, o sentido que procuram dar as suas histórias de vida, o reforço à sua identidade e a re-elaboração desta diante das mudanças é o que nos mais interessa de perto.

IDENTIDADES, TERRITÓRIO E PODER: POR UMA ABORGAGEM RELACIONAL E MULTITERRITORIAL

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. (Milton Santos)

Percebemos a importância da categoria trabalho na construção das identidades sociais dos antigos trabalhadores /moradores do bairro do Barreto. A partir de agora, nos concentraremos mais detidamente no processo de re-significação destas identidades, que erigiram meio a novas situações aparentemente alheias a esta dinâmica, mas que se integram, se chocando ou se aliando, num movimento múltiplo e complexo.

Sem pretender dar conta por completo deste processo, visto que estamos tratando de sujeitos sociais que se distinguem não só pela subjetividade, mas pela transformação constante de suas identidades a partir de sua própria experiência, nos ateremos aqui ao caráter coletivo desta construção, que se caracteriza por um lado, pelo reforço da identidade operária deste grupo social e por outro, pelas novas relações verificadas a partir de transformações recentes, com destaque às investidas do mercado imobiliário no bairro nas últimas décadas. Acreditamos que este exercício para reconhecer a *história incorporada* (BOURDIEU, 1998), a *autoconstrução* (THOMPSON, 1987) histórica e cultural destes trabalhadores ao compor a história do seu grupo social, relacionando-a com o espaço que vivem, seja

o ponto de partida para compreender o processo de (multi) territorialização vivenciado por este grupo social.

É importante esclarecer que concebemos território como constitutivo de uma dimensão concreta e simbólica. Além de entremeado por relações de poder produzidas/ operadas pelo o que Claude Raffestin (1993) chamou de “atores sintagmáticos”, ou seja, àqueles que produzem/realizam a ação, *no, do e com* o espaço – “elemento indissociável do território” (SAQUET, 2007, p. 77) ele envolve elementos econômicos, políticos e culturais – EPC (ibid, p.151), que trabalham dialeticamente com múltiplas temporalidades. A identidade assim é vista aqui como parte integrante do território e, portanto, se insere nos processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização (TDR) e multiterritorialização, num jogo social que envolve manifestações conscientes e inconscientes de busca por legitimação e poder.

Por outro lado, é importante reafirmar que por mais que concebamos território em seu sentido múltiplo, híbrido, imerso em relações de poder, de consensos e dissensos, de continuidades e rupturas, e diante disso, cada ator social possa formular o seu próprio sentido de território, consideramos que este processo é mediado pelo *habitus de classe*, dando-lhes unidade, identidade, coesão (inconscientes):

De fato, as disposições mais inconscientes, como por exemplo, as que resultam da interiorização de um *habitus* primário de classe, se constituíram através da interiorização de um sistema objetivamente selecionado de signos, índices, sanções, que nada mais são do que a materialização, nos objetos, nas palavras e nas condutas, de um sistema particular de estruturas objetivas. Tais disposições permanecem o princípio de seleção de todos os signos e índices produzidos pelas situações extremamente diversas que são capazes de determinar a sua atualização. (BOURDIEU, 1989, p. 161).

Este *habitus primário*, aliado às novas experiências adquiridas por estes trabalhadores que estamos estudando ao se depararem, por exemplo, com a situação de crise econômica e desemprego, propiciada pelo processo de esvaziamento industrial ou de mudanças que interferem na dinâmica social do bairro, como a construção da Avenida Contorno ou a enxurrada de novos moradores que chegaram ao bairro para residir nos condomínios recém-construídos, fazem erigir novas identidades, novas territorialidades, que se caracterizam pelo seu hibridismo, por sua multidimensionalidade, por um movimento dialético que envolve o novo e o velho, o interno e externo, o local e global, que não são de forma alguma metricamente mensuráveis ou dotados de “unidade” ou determinismos sociais - aos quais, aliás, Bourdieu tanto rebatia e sim inteligíveis, passíveis de identificação e interpretação.

Numa perspectiva semelhante à de Thompson no que diz respeito ao conceito de classe social, Bourdieu (1999) afirma que “não é a condição de classe que determina o indivíduo, mas o sujeito que se autodetermina a partir da tomada de consciência, parcial ou total, da verdade objetiva de sua condição de classe” (p.189); ou nas palavras de Thompson “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história.” (1987, p.12).

Sendo assim, o processo de “seleção dos signos” de que fala Bourdieu “capazes de determinar a atualização” do *habitus*, assomada às novas experiências

dos antigos trabalhadores do bairro do Barreto, proporcionam um esforço “semiconsciente” destes trabalhadores por (re) forçar e (re) formular suas *identidades sociais* motivados pelo papel de centralidade que a cultura do trabalho tem em suas vidas.

Rogério Haesbaert (1997) percebe limitações no termo identidade social (no singular) para se referir aos grupos humanos que sofrem os efeitos múltiplos da modernidade. Para o autor, falar de identidade(s) socia(is) parece mais apropriado para dar conta das mutações identitárias dos indivíduos que se dão com o tempo, “[...] em suas múltiplas escalas de interação [...] numa relação às vezes confusa entre indivíduo e seus ‘múltiplos territórios’” (p. 44).

Assim sendo, entendemos que os antigos operários que trabalharam durante anos nas fábricas do Barreto e que lá ainda residem, reforçam continuamente em seus discursos não só sua identidade operária, mas de “moradores do Barreto”, pois conheceram o bairro no período de prosperidade, escassez e atual mudança, de trabalhadores que ajudaram no desenvolvimento econômico da cidade, do estado, do país e não foram justamente recompensados por isso, de homens e mulheres que até hoje não desistiram – e não podem desistir do trabalho, de “guardiões da memória” do bairro, de atores/ espectadores das mudanças, que re-significam o espaço, re-formulam identidades, multiplicam territórios.

Conscientes de que tais considerações extrapolam (e muito) as dimensões deste trabalho, nos ateremos aqui à análise de duas questões pontuais: 1ª) perceber como duas mudanças específicas – o esvaziamento industrial do bairro e a recente inserção do mercado imobiliário na região funcionaram ao mesmo tempo como força desagregadora e integradora na construção da identidade “obreira” de seus moradores; 2ª) identificar como estes moradores/ trabalhadores resignificaram tais mudanças a seu favor, num esforço coletivo por valorizar o “velho” e aceitar/ rejeitar o “novo” de acordo com os interesses/ necessidades do momento.

Até aproximadamente a década de 1970, conforme exposto anteriormente, o bairro do Barreto se caracterizava por ser um bairro operário tradicional. O local de moradia, que era também o de trabalho, oferecia opções de lazer (clubes, cinemas, agremiações carnavalescas, campo de futebol) e comércio diversificado (mercadinhos, armazéns, lojas diversas e até banco, o “banco do Barreto”). Portanto se por um lado, o espaço era marcado por forte hierarquia e controle social, por outro, proporcionava uma convivência cotidiana entre os membros da comunidade, o que acabava por reforçar continuamente sua identidade coletiva, sua relação com o espaço, seus laços de reciprocidade e corroboravam para a construção/ preservação de determinados referenciais simbólicos importantes para a história do seu grupo social.

A falência progressiva das indústrias estabelecidas no Barreto a partir desta data levou ao desemprego e ao inevitável fechamento do comércio. Diante disso, os espaços de lazer também pereceram. O fim das festividades das fábricas, a diminuição significativa de festas de rua (religiosas, blocos carnavalescos), o fechamento dos clubes (Cruzeiro do Barreto, Humaitá...) e o abandono do estádio de futebol - o Manufatura Atlético Clube, que ocupava um dos terrenos da Cia. Fluminense de Tecidos, são alguns exemplos de locais que foram importantes para a vida social de seus moradores e são frequentemente associados nos depoimentos ao processo de esvaziamento industrial:

O fechamento das fábricas levou à ausência de poder aquisitivo, dinheiro corrente das pessoas. Nem padaria vai para frente aqui,

não sei o que acontece. (RASÁRIO, Safira apud PEREIRA, 1998, p. 40).

Era um bairro muito próspero. Tinha lojas bonitas, elegantes. O Barreto perdeu muito com a decadência das fábricas, havia loja de jóias, relojoaria, tecidos (...) Eu freqüentava os clubes quando tinha baile. Não tinha outra coisa pra fazer. Era eventos de rua e o clube (...) (Ibid, p. 33)

O Manufatora era um campo de futebol muito bom, que dava uma vida aqui no Barreto, nesse pedaço (...). (DIAS, Juliano apud PEREIRA, 1998, p. 48).

Não estamos aqui, de forma alguma, extraindo o conteúdo de classe destas relações. É de reconhecida importância o papel que as festas desempenhavam como parte de “rituais de agregação” feitos pelos patrões junto aos funcionários fabris, assim como os times de futebol serviram de eficaz meio de disciplinarização e controle dos funcionários. O comércio, por sua vez, quando não estava associado às cooperativas das fábricas locais, era controlado por um pequeno número de famílias que se configuraram como integrantes da elite local, que para reafirmar ainda mais o seu poder e prestígio, dirigiam vários clubes recreativos no bairro.

Este poder simbólico (BOURDIEU, 1989) também se fazia valer nas casas das vilas operárias. Ocupadas preferencialmente pelos funcionários que tinham cargos de chefia ou que desempenhavam funções técnicas especializadas, as casas variavam de qualidade e tamanho, reproduzindo de certa maneira a hierarquia presente na organização produtiva fabril.

Não eram todos, porque a fábrica era muito grande e o número de casas era pequeno. Mas os chefes de turma sempre conseguiam. É... chefe de tecelagem, de fiação, de... escritório, o pessoal do escritório, sabe, os contadores de fábrica, essa gente, sempre tinha. (BARRETO, op.cit.)

Mas o que nos interessa aqui, de fato, é perceber como diante da situação de falência e de destruição “marcadores simbólicos” importantes para a história deste grupo social – fábricas, casas, clubes, campo de futebol, e da desestruturação progressiva das antigas relações (mesmo àquelas onde o conflito de classes se fazia evidente), funcionaram como força desagregadora e ao mesmo tempo integradora da identidade operária dos trabalhadores do Barreto, pois ao valorizar o passado, mais do que lembrar do “tempo próspero do bairro”, estes trabalhadores estão valorizando a sua própria história, a sua própria identidade.

Ao mencionar o abandono da antiga sede do Manufatora Atlético Clube ou Estádio Assad-Abdalla por parte dos antigos dirigentes da Cia. Fluminense de Tecidos e do poder público, por exemplo, José Luis Corrêa dos Santos não deixa de salientar a identidade operária do clube que “lhes foi tirado”, segundo ele:

(...) botou maquinário ali no Estádio Assad Abdalla, destruiu tudo, foi a maior arbitrariedade que eu já vi até hoje, o maior estádio de Niterói depois do Caio Martins ‘ele’ (o último diretor da CFT) foi e acabou e era nosso, ele foi pegou a placa de bronze arrancou e colocou na engenharia , desmontou, tirou e botou lá, depois sumiu,

achou que derreteu na fundição, acabaram com estádio que era nosso, dos operários, tinha a placa lá e eu me lembro bem. (SANTOS, *ibid.*)

Destacamos anteriormente o papel das festividades como forma de agregação e controle por parte dos patrões. Percebemos, no entanto, que em muitos depoimentos as comemorações são descritas como importantes espaços de sociabilidade operária e eminentemente democráticos. A rua e até a fábrica são relatados por alguns dos entrevistados como locais onde a experiência comunitária dos trabalhadores era efetivamente vivenciada e suas relações de pertencimento com o grupo e com o espaço, renovadas.

Entre nós mesmos. Festa Junina, a gente fazia no campo da fábrica, todas as famílias se reuniam cada um levava alguma coisa. Com uma mesa enorme, a gente fazia, ou lá ou no refeitório. Todo mundo ia. A gente fazia festa junina com casamento, com a roda com tudo. (BARRETO, *ibid.*)

Todo mundo participava. Eu tinha parente que criava galinha para sortear, fazer leilão, minha avó criava frangos. Doavam para São Sebastião, para crescer a obra da igreja (...) O Barreto ficava cheio até onze horas da noite, muito cheio de gente. (DIAS, Juliano apud PEREIRA, 1998, p. 62)

As vilas operárias, por sua vez, anteriormente usadas como “concessão” dos patrões àqueles funcionários mais qualificados ou “de confiança”, passaram nos últimos anos a ser administradas por imobiliárias ou por filhos dos antigos donos das fábricas, como é caso de Ricardo Haddad, filho do proprietário da Companhia Fluminense de Tecidos, Eduardo Haddad. Apesar de este fato significar uma maior liberdade para ocupar as casas - desde que é claro se tenha como pagar, esta mudança deu lugar a novas relações mais indiretas, mercantilizadas, que diferiam das anteriores pautadas por relações mais familiares, de “confiança”:

Porque quando os filhos dele assumiram, quando eles iam discutir salário, aí eles diziam assim: - Ah! Fulano quer, mora na casa da fábrica, paga uma bagatela (eles chamavam de bagatela), quer mais? O que que ele quer? Não paga nada praticamente. (SANTOS, *ibid.*)

Vale acrescentar que no caso da vila da fábrica de fósforos Fiat Lux, os operários receberam a escritura da casa como indenização ou parte da aposentadoria, quando a fábrica foi transferida para o Paraná. A posse das casas sem dúvida fez erigir novas relações destes operários com o espaço onde passaram a residir agora, como proprietários, porém infelizmente ainda não pudemos contar com estes relatos para a elaboração deste trabalho.

Consideramos assim, que o processo de desterritorialização que ocorreu no Barreto a partir da década de 1970, quando o bairro começou a entrar em decadência, longe de tratar-se de um processo de “guetização”, de isolamento e esquecimento da comunidade local, propiciou sua reinserção, ou melhor, sua reterritorialização. Ao verem desmoronar diante de si as antigas relações que lhe conferiam mais segurança e sentido, os antigos trabalhadores do Barreto recorrem

às antigas regras, “selecionando o que melhor defendam seus interesses atuais” (THOMPSON, 2005, p. 17).

Essa necessidade dos operários do Barreto por reconhecer, num esforço semi-consciente, a sua *identidade territorial* (HAESBAERT, 1997), “[...], ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão ou reconhecem uma certa homogeneidade em relação ao espaço ao qual se referem” (p. 50), não se deu só através do processo de falência industrial. Novas forças econômicas, políticas e sociais que emergiram no bairro de certa forma independentes dos atores e das relações estabelecidas anteriormente - o que pode por acabar conferindo-lhe uma posição marginal dentro deste processo, mas jamais sua completa exclusão - também foram responsáveis pelo reforço da identidade social destes antigos trabalhadores do bairro. Por outro lado, a valorização do “velho” não impediu que estes trabalhadores incorporassem o “novo”, extraindo dele àquilo que estivesse em consonância com os interesses do seu grupo social naquele momento.

A chegada de novos moradores ao bairro, motivados pela oferta de residências recém-construídas e a preços acessíveis à classe média, são vistos pelos antigos moradores do Barreto como algo positivo, mesmo que as novas construções sejam erguidas no lugar das antigas, como ocorreu no caso da rede de supermercados Carrefour, que ocupou o terreno da fábrica de fósforos Fiat Lux e de um condomínio residencial localizado na Rua Dr. March, onde anteriormente existia a Tecelagem Johann.

O primeiro ponto a ser considerado sobre este assunto é que a substituição de antigas construções por outras, mais recentes, não implicam necessariamente na completa destruição de seus significados, em sua total desterritorialização. Afinal de contas, conforme apresentamos até então, a preservação da identidade operária presente na memória coletiva dos moradores do Barreto, relativizam o peso deste movimento desterritorializador. Mesmo que referências importantes para compor a história deste grupo social não existam mais (concretamente) elas existem e resistem simbolicamente, ao estar presente nos discursos integrando-os, portanto, a este múltiplo processo reterritorializador – ou multiterritorializador verificado nos últimos anos na região.

Em segundo lugar, o aumento do número de moradores no bairro proporcionou um reaquecimento do comércio local, sendo este um fator importante para qualidade de vida de seus novos e antigos moradores. Dentro deste processo de reterritorialização, destacamos também a ampliação da rede escolar do bairro. Além das escolas já tradicionais, como a Escola de Formação Técnica Henrique Lage, a Escola Municipal Altivo César e o SENAI, o Barreto recebeu uma unidade do Colégio Pedro II, em 2006.

Percebemos assim, que ao mesmo tempo em que estes antigos moradores/trabalhadores relembram a sua identidade operária frente à decadência e relutam às mudanças mais corrosivas para preservar seu elo de cumplicidade com o grupo e com o espaço - seu *território*, eles aceitam e apóiam transformações que afastam o Barreto do temor de se tornar um local “de passagem”, um “bairro dormitório”, do abandono verificado anos atrás.

O processo de desterritorialização e reterritorialização verificados aqui, caracteriza-se por um movimento complexo, repleto de imbricações, conexões entre o velho e o novo, entre o local e o global, entre a estabilidade e a diferencialidade. Trata-se de um processo ininterrupto, que alia elementos materiais e imateriais e

principalmente, atores sociais que se caracterizam por sua multiplicidade, por sua multiterritorialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço, tempo, local, global, passado, presente. Termos tão caros às ciências humanas tão, exaustivamente, debatidos. Categorias tão imensuráveis, para desassossego de uns, mas nem por isso ininteligíveis, para “deleite epistemológico” de outros, que se inserem nos debates de constantes formulações e re-formulações de tais conceitos.

Aproveitando a particular centralidade que o conceito de território tem adquirido nos círculos acadêmicos nos últimos anos, servimo-nos fartamente deste intenso debate buscando aproveitar nas contribuições valiosas destes incansáveis pesquisadores, análises que pudessem acrescentar em nosso trabalho.

A partir da idéia de que o território é composto de uma esfera material e simbólica que congrega ao mesmo tempo, elementos estáveis e instáveis, antigos e recentes, objetivos e subjetivos, locais e extralocais, assim como a identidade, que é construída coletivamente e, portanto, suscetível a atualizações, procuramos compreender como os antigos trabalhadores/ moradores do Barreto vivenciaram o processo de desterritorialização e reterritorialização do bairro após o processo de falência industrial verificado a partir da década de 1970 e as recentes investidas do mercado imobiliário na região.

Apesar das especificidades desta pesquisa, visto que estamos tratando de um fenômeno eminentemente “local”, acreditamos que o Barreto e as pessoas que ali ainda vivem, ao contrário de simplesmente excluídas de processos externos, mais “globais”, tal qual a reorganização do capital no Brasil e no mundo em diferentes momentos, se inserem dentro deste movimento, que não é de forma alguma isento de desigualdade. Mesmo ocupando posição periférica e pautado em profundas relações de dependência tão comum a outros tantos “locais”, os moradores do Barreto acabaram forjar novas relações que os fizeram – e ainda fazem subsistir à exclusão extrema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, L. de O. Paisagens urbanas reveladas pelas memórias do trabalho. In: Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (54), 2002. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-54.htm>>

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói Urbano. In: MARTINS, Ismênia de Lima e Knaus, Paulo (Org.). Cidade Múltipla: temas de História de Niterói. Niterói – RJ, Niterói Livros, 1997.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. Efeitos de lugar. In: Bourdieu, P. (org.) A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CPDOC/ FGV. Arquivo EAP. Inauguração da Praça Enéas de Castro, no Barreto. Classificação: EAP foto 041. Data de produção: jul 1944

Diário do Povo. Niterói: 3 mai. 1949.

DEPOIMENTO de José Luiz Corrêa dos Santos, em janeiro de 2005 (arquivo do Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI da UFF).

DEPOIMENTO de Maria José Barreto, em dezembro de 2004 (arquivo do Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI da UFF).

DUARTE, Adriano. Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado).

EDUARDO, Márcio Freitas Território, Trabalho e Poder: por uma geografia relacional. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

FONTES, Paulo. Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. “Nós do Quarto Distrito”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese de Doutorado.

_____, F.T. Silva e C.H.M. Batalha. (org.) Culturas de classe – identidade e diversidade na formação do operariado. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.

GOMES, Ângela de Castro Maria de. Burguesia e Trabalho – política de legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social. RJ: DPCA, 2006.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói, RJ: EdUFF, 1997.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

KNAUSS, Paulo. Sorriso da Cidade: Imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói – RJ, Niterói Livros, 2003.

LOPES, José Sergio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe. São Paulo: Marco Zero e UnB, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1964). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2002.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. Cadernos AEL, Vol. 11, nº 20/21, 2004.

PEREIRA, Ana Paula. Barreto: Memória e História de um bairro operário fluminense (1930-1999). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UniRio, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, 2(3), 1989.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDERMAN, Regina. Niterói e São Gonçalo nos tempos de glória e riqueza: pesquisa revela o passado pelo depoimento de seus moradores. Revista Momento UFF. Niterói – RJ. Universidade Federal Fluminense. Nº 148. Abril/ Maio 2004 www.momentouff.br

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVISTA MANUFATORA – Revista Literária e Noticiosa de Atividades de Recreação e Assistência Social. Niterói: Ano XXI, nº 67. Niterói: abril-maio de 1969

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

_____. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.

Artigo submetido em: 18/01/2009

Aceito para publicação em: 05/09/2012

Publicado em: 05/09/2012